

Discursivização da Colonização à Restauração da Independência de Timor-Leste: efeitos de sentido da Língua Portuguesa

Discursivization from Colonization to the Restoration of Independence in Timor-Leste: effects of meaning of the Portuguese Language

Discursivización de la Colonización a la Restauración de la Independencia de Timor Oriental: efectos de sentido de la Lengua Portuguesa

Maria da Conceição Fonseca-Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
con.fonseca@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6540-3810>

Leônia Gusmão Fernandes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
<https://orcid.org/0009-0009-7951-3661>
leoniagusmao@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, analisamos efeitos de sentido da Língua Portuguesa (LP) em Timor-Leste na discursivização *da colonização* à Restauração da Independência em 2002. Fundamentado na Análise de Discurso (AD), o estudo tenta mostrar como os efeitos de sentido da Língua Portuguesa deslizaram de uma Formação Discursiva (FD) colonial para uma FD de libertação nacional. Mobilizamos conceitos como interpelação ideológica, memória discursiva, acontecimento discursivo e posição-sujeito etc. para mostrar que a língua, em Timor, configura-se como uma materialidade onde a resistência do sujeito Maubere se inscreve contra o apagamento identitário. Os resultados indicam que a permanência e resistência da LP em Timor-Leste resultam de um processo de desidentificação com o invasor indonésio e de uma apropriação do saber colonial, transformando a materialidade simbólica de assujeitamento em uma materialidade simbólica de soberania.



Palavras-chave: Análise de Discurso; Timor-Leste; Língua Portuguesa; Resistência; Memória Discursiva.

ABSTRACT

This article examines the effects of meaning of the Portuguese Language (PL) in Timor-Leste within the discursive process spanning from colonization to the 2002 Restoration of Independence. Based on Pécheutian Discourse Analysis, the study explores the displacement of PL from a colonial Discursive Formation (DF) toward a DF of national liberation. By deploying categories such as ideological interpellation, discursive memory, discursive event, and subject-position, we argue that language serves as the materiality through which the Maubere subject resists identity erasure. Findings suggest that the survival of PL results from a disidentification with the Indonesian occupation and a subjective appropriation of the colonial archive, transmuting a tool of subjection into a symbolic stronghold of sovereignty.

Keywords: Discourse Analysis; Timor-Leste; Portuguese Language; Resistance; Discursive Memory.

RESUMEN

En este artículo, analizamos los efectos de sentido de la Lengua Portuguesa (LP) en Timor Oriental, recorriendo la discursivización desde la colonización hasta la Restauración de la Independencia en 2002. Basado en el Análisis del Discurso (AD) de matriz pecheutiana, el estudio propone observar cómo los efectos de sentido de la lengua portuguesa se desplazaron de una Formación Discursiva (FD) colonial hacia una FD de liberación nacional. Se movilizan conceptos como interpelación ideológica, memoria discursiva, acontecimiento discursivo y posición-sujeto para demostrar que la lengua, en Timor, se configura como una materialidad donde la resistencia del sujeto Maubere se inscribe contra el borramiento identitario. Los resultados indican que la permanencia y resistencia de la LP resultan de un proceso de desidentificación con el invasor indonesio y de una apropiación del saber colonial, transformando la materialidad de sujeción en una trinchera simbólica de soberanía.

Palabras clave: Análisis del Discurso; Timor Oriental; Lengua Portuguesa; Resistenci; Memoria Discursiva.

1 Introdução

A historicidade Timor-Leste é marcada por um processo de discursivização onde a língua funciona como lugar material da contradição e da resistência. O hastear da bandeira, em 20 de maio de 2002, não indicou apenas um novo Estado, mas a inscrição de um novo acontecimento discursivo na memória discursiva timorense, por meio de dois movimentos: i) atualização - movimento que integrou o novo acontecimento (*restauração da independência, restaura de uma nação que escolheu a Língua Portuguesa, como um dos*

pilares de sua soberania) a uma memória discursiva já existente; ii) e rompimento ou furo - movimento de irrupção desse novo acontecimento. Este gesto configura o que Pêcheux (1999 [1975]) chama de uma "falha no ritual" das descolonizações, o que nos leva a olhar os deslizamentos e as fissuras na memória do dizer.

Assim, o problema central deste trabalho reside na opacidade dos efeitos de sentido que amparam a lusofonia timorense. Se, durante séculos, a Língua Portuguesa funcionou como efeito de sentido de materialidade de interpelação colonial, como esse efeito de sentido derivou, durante a invasão indonésia (1975-1999), para efeito de escudo contra a anexação? Defendemos que esse deslocamento discursivo decorreu de um movimento de desidentificação e contraidentificação, por meio do qual o sujeito timorense, ao recusar o Bahasa Indonesia, "furou" a memória da integração/invasão atualizando uma memória de resistência já existente e forjada em um duplo embate: a busca pela autodeterminação diante do longo período colonial português e a subsequente luta pela independência contra a invasão indonésia para significar sua alteridade.

2 Sobre o dispositivo analítico

Mobilizamos o dispositivo analítico da Análise de Discurso (AD), compreendendo o discurso como efeito de sentido entre lugares determinados na estrutura de uma formação social. As condições de produção de Timor-Leste - marcadas pelo isolamento, pela invasão e pelo martírio - determinaram as formações imaginárias que os sujeitos construíram de si e do Outro.

O gesto de interpretação aqui proposto se ancora na Análise de Discurso (AD) que compreende o discurso como o efeito de sentido entre lugares determinados na estrutura de uma formação social. Para Pêcheux (1990 [1969]), o funcionamento do discurso pressupõe o jogo das formações imaginárias, em que os sujeitos (A e B) antecipam lugares de si e do outro. No cenário timorense, essas antecipações - "quem sou eu para lhe falar em português?" e "quem é o outro que me obriga a falar o bahasa?" - definem as condições de produção que alteram o referente (R), conforme a conjuntura histórico-discursiva. Assim, o "eu" (Maubere) e o "ele" (Indonésio/Português) mudaram ao longo dos séculos, alterando radicalmente os efeitos de sentido da língua oficial.

A base desse dispositivo reside na tese de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, fornecendo-lhes evidências que mascaram o caráter

material de sentido, este que consiste na dependência constitutiva de todo o complexo das formações ideológicas.¹ Conforme Pêcheux (1995 [1975], p. 161), “os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.” Em Timor-Leste, a Formação Discursiva (FD) - o lugar que determina o que pode e deve ser dito - é uma região atravessada pelo interdiscurso que funciona como o saber discursivo que torna possível todo o dizer, manifestando-se sob a forma do pré-construído (da interpelação) e do discurso transversal, que conecta elementos constituídos em outro lugar para sustentar a evidência do sentido presente.

Nesse dispositivo, são fundamentais as modalidades de interpelação formuladas por Pêcheux (1995 [1975]): a identificação (o "bom sujeito" que consente com a FD dominante), a contraidentificação (o "mau sujeito" que se revolta e produz o discurso-contra) e a desidentificação. Esta última é crucial para entendermos a resistência Maubere: trata-se de um trabalho de transformação da forma-sujeito, em que o sujeito rompe com a FD que o domina para identificar-se com outra, operando um deslocamento político e subjetivo.

Retomando ao interdiscurso, ao já dito que constitui a memória e sustenta a possibilidade de todo dizer, é fundamental diferenciar, com base em Orlandi (2015), a memória institucional da memória discursiva. Esta última é um espaço móvel de deslocamentos e retomadas. Em Timor, o Português não é uma unidade linguística abstrata, mas uma materialidade atravessada por conflitos. O sentido de "ser lusófono" em Díli não coincide com o sentido de Lisboa, pois as posições-sujeito são determinadas por uma luta de classes e de libertação nacional específica do Sudeste Asiático.

Por fim, a noção de acontecimento discursivo que é a ressignificação do fato na linguagem, o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória que "fura" a regularização do sentido. Em Timor, acontecimentos como o Massacre de Santa Cruz rompem e desregulam os implícitos anteriores e produzem novas séries de dizeres. Assim, o silêncio - seja ele o silêncio constitutivo (que recalca sentidos para que outros surjam) ou o silêncio

¹ A formação ideológica é definida como um “conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente *aposições de classes* em conflito umas em relação às outras” (Haroche *et al*, 1971, s.p.). E Cada formação ideológica comporta, para Pêcheux uma ou várias formações discursivas interligadas.

político (de resistência) - completa este dispositivo teórico, permitindo-nos realizar um gesto de leitura da soberania discursiva timorense.

3 A difusão da Língua Portuguesa: das especiarias à administração

A primeira fase de difusão da Língua Portuguesa (1515-1556) estabeleceu as condições de produção fundamentais para a difusão da Língua Portuguesa na memória nacional timorense. O Português emergiu com o efeito de sentido de língua veicular na rede marítima que produzia um efeito de sentido de onipresença da etnia portuguesa nas zonas costeiras. Contudo, a montanha e o isolamento do interior da ilha constituíam-se como a própria materialidade do Real que escapava à simbolização total do sentido discursivo colonial: ali, a interpelação do sujeito timorense era “fragmentada e lacunar”. Enquanto o litoral era atravessado pela gramática do capital mercantil, o interior permanecia sob a égide de Formações Discursivas (FD) animistas e de subsistência. Esses espaços de resistência, protegidos pela topografia, funcionavam como um ponto de exterioridade onde o sentido luso não conseguia se estabilizar e produzir efeito de evidência.

A segunda fase marcou a entrada do Aparelho Ideológico de Estado (AIE) Religioso. A missão dominicana deslocou os efeitos de sentido da Língua Portuguesa do balcão de trocas para o altar e para a catequese. A conversão católica dos chefes locais ao catolicismo funcionou como um processo de interpelação ideológica bem-sucedido: ao declarar-se "vassalo do rei", o chefe local aceitava a posição-sujeito que o discurso imperial lhe reservava. Nessa fase, fé, língua e submissão à Coroa fundiam-se em um único efeito de sentido: a submissão consentida.

Com a transferência da capital para Díli (1769), inaugura-se a terceira fase, de cunho administrativo. O efeito de sentido do Português como língua de troca deriva para o efeito de língua da lei, língua da administração, língua oficial. Nesse cenário, observamos o funcionamento do processo de interpelação ideológica e, sob a ótica de Orlandi (2009), a subsequente individuação do sujeito pelo Estado que dá existência legal ao indivíduo por meio da língua, ou seja, a Língua Portuguesa funciona também como um dispositivo de nacionalização e reconhecimento jurídico-político, convertendo o indivíduo em sujeito-de-direito. Para existir juridicamente, o timorense deveria se submeter ao dizer oficial. Em decorrência, a proficiência na LP se consolidou como um mecanismo de exclusão e inclusão no interior do Aparelho de Estado. Criou-se, assim, uma clivagem discursiva entre a elite

letrada e a massa silenciada, uma fissura que retornará nos conflitos geracionais do século XXI.

A quarta fase da difusão da Língua Portuguesa (LP) em Timor-Leste (meados do século XIX a início da década de 70 do século XX) caracteriza-se pelo que chamamos aqui de estratificação da memória colonial por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) escolar e militar. A escola, como aparelho ideológico do Estado, produziu o efeito de sentido de que o Português era a única língua da civilização, da ciência e do futuro, a língua do saber. Esse aparelho criou a evidência de sentido de que tudo o que timorense sabia (suas línguas nativas locais, como Tetum, Mambae, etc; e seus mitos animistas) era folclore, atraso etc e, por isso, ele deveria se identificar com a posição-sujeito colonial aluno civilizado. O exército e a administração colonial, por sua vez, em consonância com a escola, impuseram a Língua Portuguesa pelo viés da força e da hierarquia, produzindo o efeito de sentido do Português como língua do comando, da lei e da punição; e de resistência como rebeldia ou banditismo. Produziram o efeito de evidência de unidade imperial, para garantir, por meio do medo e da disciplina, que o discurso oficial não fosse questionado na esfera pública. pacificação, as línguas locais e as tradições ancestrais continuavam lá, mesmo estratificadas e sem validade jurídica.

Entretanto, apesar da gestão de silenciamento político-jurídico do Estado imperial, houve falha no ritual do assujeitamento: as elites timorenses, principalmente do Aparelho Ideológico do Estado, do Seminário de Dare, se apropriaram da língua do colonizador e realizaram um gesto de contraidentificação, desestabilizando a memória lusa para significar a autodeterminação. Assim, a falha no ritual e a resistência no Real da língua possibilitaram o movimento de deriva da materialidade de assujeitamento colonial em lugar de enunciação para a desidentificação, a partir do qual o sujeito timorense se contrapôs ao invasor.: usaram a própria língua do colonizador para ler os discursos de autodeterminação que circulavam no interdiscurso global. Em outras palavras, enquanto o Estado tentava produzir o efeito de evidência de fechamento do sentido de unidade imperial, a resistência no Real da língua e a emergência dessa desidentificação transformaram a Língua Portuguesa em materialidade da resistência subvertida, produzindo as condições de produção para a futura ruptura soberana.

4 A ressignificação do Maubere e a Ruptura de 1974-1975

O ano de 1974 marcou um acontecimento discursivo fundamental: a Revolução dos Cravos. Este acontecimento em Portugal desestabilizou a FD salazarista do Estado Novo e permitiu que sentidos antes interditados - democracia, independência - irrompessem na colônia. O gesto de colocar cravos nos fuzis funcionou como um curto-circuito na materialidade do discurso militar, deslocando os soldados da posição-sujeito repressores para a posição-sujeito libertadores.

Foi nesse cenário que surgiu a ressignificação do termo *Maubere* (derivado de *Mambae*). A Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN)², num gesto discursivo, se apropriou do significante *Maubere* e deslocou da posição-sujeito colonizador que produzia efeito de sentido de insulto colonial para humilhar o timorense pobre, analfabeto, para a posição-sujeito da resistência, da dignidade nacional. Ocorreu a desidentificação com a forma-sujeito assimilado e a identificação com a posição-sujeito povo explorado em luta. Foi ainda nesse cenário que a Proclamação da Independência em 28 de novembro de 1975 emergiu como um acontecimento discursivo. Ao enunciar República Democrática de Timor-Leste em português, a posição-sujeito FRETILIN assumiu a língua do Outro (do colonizador) para negar o próprio Outro. Podemos dizer que a Fretilin funcionou como a posição-sujeito da contraidentificação: mobilizou a língua do colonizador, os conceitos de liberdade, justiça e independência para desidentificar com a posição-sujeito do próprio colonizador e assumir-se como posição-sujeito revolucionária e libertadora. Assim, estudantes de Dare, camponeses, militares subalternos no movimento de tomada de posição de contraidentificação e desidentificação com o forma-sujeito da FD colonial expansionista e se filiaram por identificação com a forma-sujeito da FD de libertação.³

É importante ressaltar que embora o Tétum fosse a língua da proximidade e do povo, a FRETILIN manteve o Português como língua de prestígio político para falar com o mundo e para criar a evidência de sentido de unificação das diversas etnias do território timorense. Enfim, a língua

² Compreendemos a Fretilin não apenas como um partido político ou grupo guerrilheiro, mas também como um acontecimento discursivo que rompeu com a clausura do sentido na memória colonial.

³ A tomada de posição envolveu a realidade local de Timor com o interdiscurso anticolonial global (as lutas em Angola, Moçambique, Vietnã e a Revolução dos Cravos em Portugal).

Portuguesa derivou do efeito de sentido de língua do império para o efeito de sentido de materialidade da resistência.

5 A Invasão e o Português como língua do genocídio denunciado e da liberdade reivindicada (1975-1999)

Com a invasão indonésia, as condições de produção mudaram. A Indonésia tentou impor uma nova FD de Integração, utilizando o Bahasa e o pré-construído anticomunista da Guerra Fria para apagar a alteridade timorense. Nesse momento, a Língua Portuguesa foi interdita e o efeito de sentido do Português derivou para língua da clandestinidade e da resistência.

O uso da Língua Portuguesa durante a invasão funcionou como uma política do silêncio (Orlandi). O que não se dizia em Bahasa era o que mantinha a pátria viva. O Português tornou-se um discurso-contra: uma forma de manter a conexão com a rede de filiação lusófona e com a Igreja Católica, que se constituiu como o principal AIE de resistência nas montanhas.

O Massacre de Santa Cruz (1991) é o ponto de virada onde o silêncio é furado. O sangue sobre as lápides com nomes em português funcionou como uma materialidade que o interdiscurso internacional de Direitos Humanos pôde finalmente interpretar. A Língua Portuguesa, lavada pelo martírio dos jovens em 1991, fixou-se na memória discursiva como a língua do genocídio denunciado e da liberdade reivindicada.

5.1. O Massacre de Santa Cruz: O Furo na Memória do martírio

O Massacre de Santa Cruz, em 12 de novembro de 1991, deve ser compreendido como o acontecimento discursivo que desorganizou a regularização da memória do silêncio imposto pela invasão indonésia. Segundo Pêcheux ([1983b] 1999), o acontecimento provoca uma interrupção na memória que absorve o acontecimento novo; ele desestabiliza os sentidos - no caso, da FD da Integração indonésia que tentava tornar Timor invisível ao mundo - e produz, retrospectivamente, uma nova série de sentidos. O sangue derramado no cemitério tornou-se a materialidade que forçou o interdiscurso internacional a ler a invasão não como um conflito interno, mas como um genocídio em curso.

A Língua Portuguesa nesse acontecimento funcionou como um pré-construído de resistência. O Cemitério de Santa Cruz, com suas lápides

inscritas em português e cruces latinas, funcionou como um lugar de memória que evocava a memória da identidade luso-católica. No momento do massacre, as orações em Português e latim pelos jovens não foi apenas um gesto religioso, mas um gesto de contraidentificação: ao utilizarem a língua do antigo colonizador, os jovens ocuparam uma posição-sujeito de mártires ocidentais e cristãos, contraidentificando a posição-sujeito do invasor (majoritariamente muçulmano e falante de bahasa).

Esse acontecimento funcionou como rompimento ou furo. As imagens de Max Stahl circularam globalmente, carregando consigo o efeito de sentido de que a Língua Portuguesa era a língua da resistência que não se rendeu. O massacre limpou a mancha colonial do português no imaginário da esquerda internacional e da Igreja, ressignificando-o como a língua do martírio. Houve uma atualização da memória discursiva de 1975: o sacrifício de 1991 puxou o fio do discurso da Proclamação de Independência, mostrando que o sujeito Maubere continuava à rede de filiação de resistência e libertação.

A transição desse trauma para o acontecimento discursivo da Constituição de 2002 mostra o funcionamento discursivo do processo de individuação do sujeito pelo Estado. No Preâmbulo constitucional, a evocação do sacrifício e da resistência funciona como o suporte ideológico para a escolha linguística. O texto jurídico-constitucional não inventa a importância do Português; ele a recolhe da memória de Santa Cruz. Ao oficializar a Língua Portuguesa, o Estado timorense estabeleceu uma filiação discursiva: diz-se "somos uma nação porque houve o sangue de Santa Cruz, e esse sangue falava português". Entretanto, nessa cristalização jurídica funciona um silêncio constitutivo. Para que a Constituição de 2002 elevasse a Língua Portuguesa ao status de símbolo de libertação, foi necessário silenciar a memória da Língua Portuguesa como de exclusão e opressão dos séculos XVII a XIX. O trabalho ideológico do Estado timorense é, portanto, um trabalho de gestão do esquecimento: apaga-se o "português-colonizador" para instaurar o português-resistência. Essa é a evidência de sentido que mascara a materialidade contraditória da história para fornecer ao novo cidadão uma identidade nacional coesa.

Por fim, a Constituição de 2002 interpela o indivíduo como um Sujeito Lusófono-Oriental. Esse lugar, contudo, é atravessado por tensões. Se a Língua é a Língua da Lei que herda o sentido de Santa Cruz, o Tétum permanece como a Língua local. A estrutura constitucional tenta fechar o sentido dessa identidade, mas a prática social mostra a deriva: a juventude atual, que não viveu o massacre como acontecimento biográfico, muitas vezes

se sente desamparada por essa memória oficial, mostrando que o ritual de interpelação do Estado ainda possui fissuras onde novos discursos (como o inglês e o bilinguismo pragmático) tentam se inscrever.

6 O Sujeito em deriva e o equívoco como soberania

Na Timor-Leste contemporânea, a FD da Soberania (estatal) está em tensão com a FD da Pragmática (cotidiana). A Constituição de 2002 tenta fechar o sentido do que é ser timorense por meio do bilinguismo oficial (Português/Tétum). No entanto, a realidade urbana de Díli mostra que o sentido está em deriva. Há um conflito geracional que resulta da contradição de posições-sujeito. Para o Estado e para a geração da resistência interpelada pela memória do sacrifício, o Português produz o efeito de sentido de língua de garantia da independência e de elo com o futuro e com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para a juventude timorense do pós-independência que habita o que a Análise de Discurso caracteriza como um estado de deriva do sentido, diferente da geração de 1975 ou de 1991, interpelada ora pela FD da Resistência e ora pela FD da Invasão, é atravessado por discursos-transversos globais. O Inglês, o Bahasa residual e o Tétum-Praça (língua da rua) funcionam como forças que furam a tentativa de fechamento da identidade nacional lusófona proposta pelo Estado. Para esse sujeito, o efeito de sentido de língua trincheira de Santa Cruz deriva para os efeitos de sentido de exclusão socioeconômica, isso porque há falha no ritual de interpelação do Estado (o Sujeito Universal). Essa tensão é constitutiva da historicidade do sentido em Timor-Leste. O que Pêcheux denomina como equívoco – posições-sujeito diferentes produzem z efeitos de sentido da Língua Portuguesa distintos - é, paradoxalmente, a garantia da soberania nacional. Para os velhos da resistência, o Português tem efeito de sentido de vitória sobre o invasor; para o Estado, tem efeito de sentido de inserção na diplomacia lusófona; para a juventude, tem efeito de sentido de desafio pedagógico e exclusão socioeconômica. O equívoco permite que a língua continue funcionando como um espaço de luta, onde a nação se redefine por meio da tensão entre o que pode e deve ser dito na lei e o que consegue ser dito na prática social.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

BRASIL, Ministério da Educação. **Análise de Discurso e Ensino**. Organizado por Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DE MATOS, Artur Teodoro. **Timor-Leste: cinco séculos de história e cultura**. Lisboa: Presença, 2015.

ESPERANÇA, João Paulo T. **O que é a Lusofonia: Gente, Curiosidades e Terminologia**. Díli: Instituto Camões, 2005.

FIGUEIREDO, Fernando Augusto de. **Timor-Leste: Subsídios para a sua História e Cultura**. Porto: Universidade do Porto, 2004.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. **Análise do Discurso: a materialidade da língua e a historicidade do sentido**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Nação, Nacionalismo, Estado**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

JAGUARIBE, Helio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento do sentido**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista: discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1990 [1983a].

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. *et al.* (Org.). **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999 [1983b].

RAMOS-HORTA, José. **Amanhã em Díli**. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

THOMAZ, Luís Filipe. **Babel Loro Sa'e: o problema linguístico de Timor-Leste**. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

TIMOR-LESTE. **Constituição da República Democrática de Timor-Leste**. Díli: Assembleia Constituinte, 2002.

Recebido em julho de 2025.

Aprovado em outubro de 2025.

Publicado em dezembro de 2025.

SOBRE AS AUTORAS

Maria da Conceição Fonseca-Silva é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e Mestre pela mesma Instituição. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora Titular/Pleno do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde atua como professora pesquisadora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMEMORIALS). Atuou na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMEMORIALS-Uesb), desde a implantação do curso de mestrado em 2008 até fevereiro de 2013, início do segundo ano da implantação do curso de doutorado e como vice-coordenadora do respectivo Programa até dezembro de 2016. Está coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística. É co-editora do periódico Estudos da Língua(gem). É líder do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso; (GPADis/Uesb/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Estudos da Língua(gem); (GPEL/Uesb/CNPq). Tem experiência na área de disciplinar de Linguística e na área multidisciplinar de Memória, com ênfase em Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: posição-sujeito, efeitos de sentido, efeitos de memória, efeitos de justiça, discurso político e discurso jurídico, corrupção política, violência sexual.

Leonia Gusmão Fernandes é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como bolsista da Capes, e também mestranda em Educação na Universidade Nacional Timor Lorosae (UNTL), especialidade Línguas e Literaturas. Possui graduação em Letras - Português pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (2019). Trabalhou no Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação de Timor-Leste - INFORDEPE, atuando como formadora da Língua Portuguesa para fins específicos professores, e na Universidade Católica Timorense São João Paulo II – UCT. Faz parte do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso; (GPADis/Uesb/CNPq). Desenvolve pesquisa com ênfase em Análise

de discurso, atuando principalmente com os seguintes temas: língua, posição-sujeito, efeitos de sentido, efeitos de memória.